

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.395 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2001

## **Trabalhadores já podem se inscrever para sacar correção**

Romero Jucá lembrou que estão disponíveis nos Correios e na Internet os formulários de adesão ao acordo para recebimento das perdas do FGTS ocorridas nos planos Verão e Collor I.

PÁGINA 8

## **Hospital deve ter maior rigor ao identificar recém-nascidos**

Hospitais poderão ser obrigados a emitir declaração neonatal com as impressões digitais da mãe e do bebê, segundo projeto de Marina Silva que o Senado examina hoje.

PÁGINA 2

## **Requião desconfia de segurança do voto eletrônico**

Roberto Requião adverte que as eleições no Brasil não serão confiáveis com as atuais regras de voto eletrônico, que receberam emendas sugeridas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

PÁGINA 7

# **CAE examina proposta que garante escola para carentes**

O governo federal terá que assumir custos de matrícula de estudante pobre em escola comunitária, confessional ou filantrópica sempre que não houver vaga na escola pública, conforme proposta a ser examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 3



A criação de vagas nas escolas públicas é um dos objetivos do projeto, que obriga o governo federal a incluir no Orçamento as verbas necessárias

## **Inscrições para concurso no Senado começam no dia 19**

As inscrições para o concurso de consultor legislativo e consultor de orçamentos do Senado poderão ser feitas de 19 a 30 de novembro. Serão preenchidas 25 vagas no primeiro cargo e duas no segundo. As provas serão realizadas em fevereiro de 2002.

PÁGINA 8

## **Alberto Silva anuncia instalação da primeira usina de biodiesel**

PÁGINA 4

## MP aumenta recursos de ministérios

Medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 280 milhões para custeio de ações dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional será examinada hoje, a partir das 17h, por comissão mista que trata da matéria. Parte dos recursos necessários à execução dessa programação virá do cancelamento de um crédito de R\$ 200 milhões previsto para custear o seguro-renda de agricultores familiares do semi-árido, iniciativa vinculada ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os R\$ 80 milhões restantes serão provenientes do cancelamento de dotação de reserva de contingência. Dos R\$ 280 milhões do crédito extraordinário, R\$ 50 milhões serão destinados ao Ministério de Minas e Energia para complementação do pagamento do bônus aos consumidores residenciais que conseguiram economizar energia elétrica. Já R\$ 95 milhões deverão ser alocados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para pagamento do seguro-renda aos agricultores familiares da Região Nordeste e do norte de Minas Gerais. O Ministério da Integração Nacional deverá receber R\$ 135 milhões para ações de defesa civil. Desse montante, R\$ 30 milhões estão comprometidos com medidas na Região Sul e R\$ 105 milhões com ações na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

# Plenário vota maior rigor na identificação de bebês

Com a emissão do novo documento, Marina Silva esperar ver reduzido número de trocas de recém-nascidos nas maternidades

Hospitais e maternidades poderão ser obrigados a emitir, imediatamente após os nascimentos, declaração com as impressões das papilas digitais da mãe e do bebê, documento que será imprescindível no registro de nascimento da criança. Projeto nesse sentido será votado hoje pelo Senado.

De iniciativa da senadora Marina Silva (PT-AC), que o apresentou com o objetivo de reduzir o número de crianças perdidas ou seqüestradas, o projeto recebeu novo texto quando foi examinado pela Câmara, que acrescentou mais exigências à matéria.

No substitutivo, é exigido que a declaração neonatal tenha todos os dados necessários à identificação da criança, como o



Projeto de Marina Silva obriga maternidades a emitirem documento com digitais de recém-nascidos

nome do recém-nascido, nome dos pais, tipo e fator sangüíneos, data, hora e local de nascimento, nome do hospital e assinatura do diretor do estabelecimento.

Quando apresentou o projeto, Marina Silva argumentou que a identificação das papilas digitais é universalmente aceita, não ha-

vendo casos de repetição sequer entre gêmeos univitelinos. Ela observou que as impressões dos pés dos recém-nascidos são colhidas em muitos hospitais brasileiros, mas não em todos, embora seja significativa como forma de vincular a criança a sua mãe e impedir trocas.

Também hoje, o Senado vota projeto que reduz a zero as alíquotas das contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural canalizado, destinado à produção de energia elétrica.

Vota também projeto de resolução que autoriza o governo de Goiás a contratar crédito externo de US\$ 65 milhões, junto ao Banco Mundial (Bird). A matéria tem parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP).



Jonas Pinheiro apóia projeto que dá o nome da santa a ponte situada em Corumbá (MS)

ções dos municípios de Corumbá e Ladário, em campanha liderada pela Diocese de Corumbá.

Para o relator, a homenagem é uma manifestação cultural popular inequívoca.

Também está na pauta a votação de decretos legislativos.

## Comissão vota homenagem a Nossa Senhora do Pantanal

A Comissão de Educação (CE) examina hoje, às 11h30, projeto do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que dá o nome de Nossa Senhora do Pantanal a uma ponte sobre o Rio Paraguai situada em Corumbá (MS).

Com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a matéria tramita em decisão terminativa.

Segundo o relator, embora a denominação proposta não se enquadre rigorosamente nos critérios definidos pela legislação — que prevê que rodovias, esta-

ções terminais, obras-de-arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte somente poderão ter a designação de fato histórico ou de nome de pessoa falecida que tenha prestado relevante serviço à nação ou à humanidade —, deve ser considerado o fato de que o nome vem respaldado por ampla escolha popular.

Jonas Pinheiro informou que o nome “Nossa Senhora do Pantanal” foi defendido em abaixo-assinado com milhares de assinaturas, em especial das popula-

## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

10h30 — Recebe Nancy Gomes de Carvalho, procuradora-geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul  
11h — Recebe o ministro Valmir Campelo  
11h30 — Recebe Chahin Farah, embaixador da República Árabe da Síria  
15h — Recebe delegação do Colégio Militar de Goiânia  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária  
18h — Recebe o professor Pedro Chaves dos Santos Filho, reitor da Uniderp

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: projeto que torna mais rigorosa identificação de recém-nascidos; entre outros.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: 14 itens, incluindo projeto que garante vagas em escolas para alunos carentes. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: projeto que dá o nome de Nossa Senhora do Pantanal a ponte sobre o Rio Paraguai em Corumbá (MS); entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: projeto que exclui do horário de verão os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal; projeto que institui diretriz sobre a utilização de fontes energéticas a ser observada pelos municípios na implementação da política de desenvolvimento urbano; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: exposição do diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Humberto Candeias Cavalcanti, e do diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h — Comissão mista destinada a analisar a MP 6/01, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 280 milhões. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: indicação de diplomatas para as embaixadas do Brasil na Bulgária e Laos; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

### ESPECIAL

10h — Seminário sobre Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Unesco e pelas Comissões de Educação do Senado e da Câmara dos Deputados. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Projeto garante vaga a estudantes carentes

Segundo a proposta que será analisada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos, direito estará assegurado nas escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas sempre que não houver lugar nas escolas públicas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar hoje substitutivo da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) pelo qual ficará garantido ao estudante pobre do ensino fundamental e médio direito a matrícula nas escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sempre que não houver vaga nas escolas públicas. O governo federal, pelo que prevê o projeto, cobrirá os custos decorrentes dessas vagas, por meio de uma bolsa-escola. No ano seguinte ao do dispêndio, o Orçamento da União terá de prever dotações para a criação de novas vagas nas escolas públicas, correspondentes às das bolsas concedidas.

O substitutivo de Maria do Carmo, segundo o relator da matéria na CAE, senador Freitas Neto (PSDB-PI), representou um grande avanço em relação às duas propostas originais que tratavam



Maria do Carmo Alves apresentou substitutivo ao projeto do senador Edison Lobão

do assunto – um projeto de lei da Câmara, regulamentando o parágrafo 1º, do art. 213 da Constituição, e um projeto de lei do Senado, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), que pretendia criar o Programa Nacional de Bolsas de Estudo. A senadora apresentou seu substitutivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O benefício previsto no substitutivo deverá ser restrito aos estu-

dantes carentes que a rede pública não estiver em condições de receber. As bolsas serão admitidas tão-somente se houver falta de vagas e de recursos regulares da rede pública de ensino fundamental ou médio no município de residência do estudante.

As bolsas destinam-se ao custeio dos encargos cobrados legalmente dos usuários pelas escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, categorias de estabelecimento educacional particular que podem, de acordo com a Constituição, receber recursos oficiais.

Por sugestão do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi incorporado à nova proposta dispositivo que determina que os encargos educacionais não devem ser superiores ao respectivo gasto por aluno na rede pública. Já por iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a falta de vagas mencionada no projeto terá de ser verificada em todo o município e não somente no “local de residência” do aluno pretendente ao benefício, o que poderia ser interpretado como o bairro em que o estudante mora.

## Santos pede prioridade para fundo de tecnologia

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) pediu ontem que o Senado dê prioridade a projeto do senador Roberto Saturnino (PSBRJ) que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), classificando a matéria como da maior importância para o país.

Ricardo Santos ressaltou que o fundo soma-se ao esforço do governo para redesenhar o processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país, a fim de aproximá-lo das reais necessidades de crescimento econômico e social, garantindo fontes estáveis de financiamento da pesquisa e da inovação.

Os recursos do fundo, disse o

senador, foram substancialmente ampliados com o esforço do governo em instituir novas fontes de financiamento, como os fundos setoriais das áreas de energia elétrica, recursos hídricos e minerais, transportes terrestres, informática e telecomunicações, além do fundo verde-amarelo, recentemente criado.

Ricardo Santos reconheceu que, nas últimas décadas, o Brasil avançou na construção de uma infra-estrutura de capacitação para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica. Parte desse caminho, afirmou, foi percorrido por instituições como CNPq, Finep, Capes e Embrapa.

O senador afirmou ainda que,



Ricardo Santos: fundo soma-se ao esforço para redesenhar processo de desenvolvimento

sob a condução do ministro Ronaldo Sardenberg, o Ministério da Ciência e Tecnologia tem plena capacidade de tratar as questões que envolvem esse tema. Ele observou, no entanto, que a exigüidade ou irregularidade no fluxo de recursos orçamentários tem sido incompatível com a necessidade de financiamento de longo prazo dos projetos de ciência e tecnologia.

## Seminário debate planos de educação

Seminário sobre os planos nacional, estaduais e municipais de educação, organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(Unesco) e pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, está sendo realizado no Auditório Petrônio Portella do Senado. O evento, que teve início ontem e se encerra hoje, está sendo desenvolvido durante todo o dia.

O seminário conta com o apoio da Comissão de Educação (CE) do Senado, que é presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e tem como vice-presidente o senador Moreira Mendes (PFL-TO).



Estande do Senado tem recebido muitos visitantes na feira que se realiza no centro da capital gaúcha

## Senadores participam da Feira do Livro de Porto Alegre

Dois senadores irão participar da programação da 47ª Feira do Livro de Porto Alegre, que se realiza até o dia 11 de novembro na Praça da Alfândega, no centro da capital gaúcha. Além disso, o estande do Senado, instalado na feira, tem recebido grande número de visitantes interessados em publicações técnicas e obras lançadas pelo Conselho Editorial.

Na próxima sexta-feira, às 16h, no pavilhão de autógrafos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lançará dois livros: *Pasqualini – Textos Escolhidos* (coletânea de

textos de Alberto Pasqualini, intelectual, político e teórico do trabalhismo) e *A Luta pela Candidatura Própria do PMDB* (coletânea de discursos).

Neste sábado, às 17h, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) – que, na sexta-feira, dia 26, já esteve presente à solenidade de inauguração da Feira do Livro – lançará *Rio Grande de Luz – Ética, Trabalho e História*.

Também está previsto o lançamento da Constituição do Rio Grande do Sul em braile, que será doada a entidades de deficientes visuais.

## Lúcio Alcântara defende política de estímulo à leitura

Por ocasião do Dia do Livro, comemorado no último dia 29, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu que prefeituras, governos estaduais e União adotem uma política mais vigorosa de estímulo à leitura. Ele considera imprescindível a ação do poder público para fazer com que o livro seja mais acessível e a população tenha condições de ampliar a sua visão de mundo.

Alcântara ressaltou a importância da leitura para criar uma sociedade mais aberta ao intercâmbio de idéias. O senador elogiou o Programa Nacional do Livro Didático, a cargo do Ministério da Educação, apontado por ele como o maior programa de distribuição de livros do mundo.

O programa de distribuição de livros não pode ser uma medida isolada, na opinião do senador. Por isso, o Ministério da Educação também implanta o programa Biblioteca do Professor, colo-



Lúcio Alcântara: livros ajudam a criar sociedade mais aberta ao intercâmbio de idéias

cando ao alcance dos docentes obras consideradas fundamentais para a formação dos valores de um cidadão.

Alcântara criticou o alto preço dos livros, para ele um obstáculo a mais a impedir que a maioria da população possa usufruir os conhecimentos propiciados pelos livros. Disse também que o número crescente de bibliotecas tem pouca serventia se não houver uma política que estimule a permanente utilização dos livros.

# Horário de verão em Goiás, Tocantins e DF pode acabar

Proposta deve ser votada hoje pela Comissão de Infra-Estrutura, que também elegerá seu novo presidente e vice-presidente

Projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que exclui os estados de Goiás e Tocantins e o Distrito Federal da obrigação de implantar o horário de verão será analisado hoje, a partir das 14h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

A matéria está sendo estudada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que pediu vista do projeto e do relatório favorável apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Maguito Vilela argumenta que, devido à localização geográfica de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, a incidência solar é menor do que em outros estados. Por isso, diz,



Maguito é autor do projeto que exclui as três unidades da Federação da obrigatoriedade do horário de verão

a economia de energia também é menor, não justificando a implementação do horário de verão nas três unidades da Federação. Da pauta da comissão consta

também projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a ser votado em caráter terminativo, que estabelece normas sobre a utilização de fontes energéticas, que deverão ser observadas pelos municípios, na implementação de política de desenvolvimento urbano. O relator, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), apresentou voto favorável ao projeto, juntamente com uma emenda que trata da utilização de energia solar.

Os senadores também deverão eleger o novo presidente do colegiado, pois o senador José Alencar (PL-MG) — que ocupava o cargo — deixou o PMDB, partido ao qual cabe a presidência da comissão nesta sessão legislativa.

## Comissão ouve Executivo sobre recuperação do São Francisco

Os integrantes da comissão especial que acompanha o projeto de conservação e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco reúnem-se hoje, a partir das 14h30, para conhecer a posição de dois representantes do Executivo sobre a matéria. Serão ouvidos o diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Humberto Candeias Cavalcanti, e

o diretor-substituto do departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e Emprego, Rodolfo Torelly.

Preside a comissão o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que foi indicado para assumir o Ministério da Integração Nacional mas ainda irá conduzir essa reunião. O relator é o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

A comissão, que também observará a instalação do Comitê da



Waldeck Ornélas foi eleito relator da comissão que acompanha a revitalização do São Francisco

Bacia do São Francisco, criado por decreto em junho passado, funciona há um mês.

## Alberto Silva anuncia a criação no Piauí da primeira usina de biodiesel

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) participou do lançamento da pedra fundamental da primeira usina piloto de biodiesel do Brasil, ocorrido ontem no campus da Universidade Federal do Piauí. Biodiesel é o óleo extraído também da mamona e, por ter as mesmas características do diesel comum, pode ser usado em máquinas e tratores.

Alberto Silva ressaltou os benefícios do projeto para o meio ambiente, uma vez que o óleo de mamona não é poluente e sua produção “é um passo concreto contra a desertificação do semi-árido nordestino”.

A partir da assinatura do con-



Alberto Silva informou que biodiesel será extraído da mamona. O produto não polui, disse

vênio, segundo o senador, a usina poderá entrar em funcionamento em 45 dias, produzindo mil litros diariamente. O custo total

do projeto, já aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), deve ficar em torno de R\$ 250 mil.

O laboratório criado pela universidade só usará energia produzida por geradores movidos a biodiesel. Com a implantação da usina, conforme o senador, será criada no semi-árido piauiense oportunidade de trabalho para 100 mil lavradores, que irão intercalar o plantio de mamona com uma variedade de feijão geneticamente modificada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As duas plantas são mais resistentes à seca, explicou Alberto Silva.



Moreira Mendes: gasoduto permitirá transporte do gás produzido em Urucu

## Moreira defende gasoduto do Amazonas a Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou ontem que o gasoduto da Petrobras que transportará gás de Urucu (AM) até Porto Velho (RO), numa distância de 550 quilômetros, viabilizará a instalação de pólo industrial na capital de Rondônia. Inicialmente, o gás movimentará uma termelétrica de 403 megawatts, a primeira da Região Norte a usar o gás do Amazonas.

Segundo o senador, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está promovendo audiências públicas para debater o impacto ambiental do projeto, antes de expedir as licenças para início da obra. A primeira foi realizada em Brasília, terça-feira da semana passada, com a presença de parlamentares da região. Hoje, o debate será em Coari (AM) e, na quinta-feira, em Porto Velho. O Ibama e a Petrobras marcaram audiências também em Canutama

(AM) e em Lábrea (AM).

Moreira Mendes observou que a Petrobras é reconhecida mundialmente por sua capacidade para projetar gasodutos em regiões de selva tropical e não deverá enfrentar problemas para obtenção das licenças do Ibama no caso do gás de Urucu. A empresa já projetou, disse, o gasoduto Brasil-Bolívia, que passa pelo Pantanal.

O gás de Urucu será levado até Porto Velho pela TNG Participações, empresa que tem como sócias a Gaspetro, subsidiária da Petrobras, e a Duto Norte, formada pela norte-americana El Paso e pela brasileira Termogás. O gasoduto deverá ser construído por empresas privadas, escolhidas em licitação pública, e as obras devem terminar em 2003. Urucu possui reservas calculadas em 90 bilhões de metros cúbicos de gás natural. A previsão é que sejam transportados 2,3 milhões de metros cúbicos por dia.

## Senador elogia modelo para gerenciamento de água doce

Ao registrar a realização, no dia 26 de outubro, do 1º Encontro das Águas de Rondônia, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou o modelo de gestão participativa e integrada adotado pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, implantado em 1997. O modelo garante que a administração da água seja exercida por um sistema democrático, disse, que abrange vários órgãos, usuários e organizações da sociedade civil.

Moreira Mendes lamentou a distribuição irregular dos recursos hídricos no Brasil. O Norte possui mais de 68% da água doce de superfície e o volume restante é distribuído de forma irregular

pela demais regiões. Assim, o Centro-Oeste fica com 16%, o Sul com 6,5%, o Sudeste com 6% e o Nordeste com apenas 3,5% dos recursos hídricos do país.

Conforme o senador, 26 países dispõem de menos de mil metros cúbicos anuais de água por habitante, índice considerado pelos padrões internacionais como situação de emergência. Ele informou que 40% da população da Terra encontra-se em condições críticas em relação à disponibilidade de água e, nos próximos anos, o percentual deverá atingir 50%. Isso significa crescimento das moléstias e dos índices de mortalidade em várias partes do planeta, alertou.



Maldaner propõe debate sobre fabricação de medicamentos genéricos de uso veterinário

## Maldaner quer genéricos também para os animais

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu ontem, em discurso, que o Senado debata a possibilidade de se fabricar medicamentos genéricos para animais. A medida reduziria os custos de produção da pecuária e da criação de outros animais, o que se refletiria em toda a economia brasileira. "Com diálogo, foi possível autorizar por lei a fabricação de remédios genéricos para seres humanos. Quero propor o debate para que o mesmo possa ser feito na agropecuária", disse.

Maldaner afirmou que, para a fabricação de genéricos de uso veterinário, os brasileiros não devem desrespeitar a Lei de Patentes, mas ele acredita ser possível encontrar uma saída legal. O senador informou que seus assessores estudam o assunto, pois pretende apresentar projeto de lei com esse objetivo.

## Aprovado voto de pesar por irmãos Jabur

A pedido do senador Álvaro Dias (PDT-PR), o Senado aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento de Nassib Jabur e José Jabur, homens públicos paranaenses que exerceram importantes cargos no estado.

Ao expressar sua consternação, Álvaro afirmou que o voto de pesar representava a vontade de milhares de paranaenses amigos dos dois irmãos. Ele disse que, à frente do governo do Paraná, teve Nassib Jabur como seu secretário.

— Foi um homem de comunicação, um ser humano da maior grandeza, que procurou contribuir com o seu trabalho e dedicação com milhares de pessoas.

José Jabur, sepultado ontem, ocupou por três vezes a prefeitura de Porecatu, e, segundo Álvaro, dedicou-se à gente humilde.

# Crédito rural pode financiar o reparo de equipamentos

Comissão de Assuntos Econômicos analisa hoje projeto que recebeu parecer favorável do senador Freitas Neto

O reparo e a reforma de máquinas e equipamentos agrícolas poderão ser incluídos como despesas obrigatórias de investimento financiáveis pelo sistema de crédito rural. Isso é o que prevê projeto de lei da Câmara que deverá ser analisado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Freitas Neto (PSDB-PI).

Atualmente, segundo explicações do relator, os reparos e reformas de máquinas e equipamentos agrícolas já podem ser financiados dentro do programa de crédito rural, nos termos das normas do Banco Central. Entretanto, tais financiamentos raramente ocorrem na prática, "pela falta de recursos e desinteresse dos bancos".

O que pretende o projeto é estabelecer a obrigatoriedade do financiamento para a reforma de máquinas por parte dos ban-

cos que operam com crédito rural, alterando a chamada Lei do Crédito Agrícola (nº 4.829, de 5 de novembro de 1965).

Amanhã, a CAE deverá realizar, a partir das 10h, audiência pública para discutir as estratégias das instituições financeiras multilaterais, de modo a confrontá-las com as estratégias de ajuste econômico desenvolvidas pelos governos dos países emergentes, como é o caso do Brasil, e com o papel do Legislativo.



Freitas Neto observa que bancos não se interessam em financiar conserto de máquinas

## Eduardo Siqueira Campos cobra ações do governo para desenvolver a agricultura

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) cobrou do governo ações em favor da agricultura nacional, afirmando que embora o *marketing* oficial anuncie recordes após recordes de produção agrícola, o Brasil ainda não alcançou a "modesta" produção de cem milhões de toneladas. Ele ressaltou que, em uma área bem menor que a ocupada pela agricultura brasileira, os Estados Unidos produzem cerca de meio bilhão de toneladas, mais de cinco vezes a produção nacional.

O senador defendeu o desenvolvimento de tecnologias agrícolas adequadas à variedade de solos e de ecossistemas que caracterizam o país, lamentando a escassez de verbas destinadas a centros de pesquisa agrícola, como a Embrapa e escolas técnicas.



Eduardo defende a utilização de tecnologias adequadas à variedade de solos e de ecossistemas do país

Eduardo Siqueira Campos lembrou que a questão do zoneamento agroecológico já tem sido objeto de debate no Senado.

Para ampliar e desenvolver a agricultura nacional, na avaliação do senador, é necessário que o governo viabilize, em condições

razoáveis de juros e prazos, a abertura de financiamentos agrícolas destinados à aquisição de insumos e à disponibilização de terras.

Eduardo Siqueira Campos classificou como urgente a integração das políticas de infraestrutura, especialmente as políticas de transporte, de ocupação territorial e de produção agrícola. Essas políticas, acrescentou, tradicionalmente têm sido geridas de forma dissociada.

O senador parabenizou os agricultores do estado do Tocantins, informando que a previsão da safra de grãos no estado para este ano gira em torno de 670 mil toneladas. Ele agradeceu às autoridades o esforço em favor da melhoria das condições de produção agrícola, dizendo, no entanto, que ainda há uma "imensa tarefa" a ser feita para promover a agricultura brasileira.



Lando: mercado foi cartelizado e grandes corporações determinam preço do leite

## Amir Lando pede política exclusiva para o leite

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lamentou a situação de abandono em que se encontram os produtores de leite no país. Ele defendeu a formação de cooperativas para melhorar o setor e uma política exclusiva para o leite no sentido de aumentar o poder de barganha dos produtores e de permitir a diversificação da produção.

Amir Lando denunciou que o mercado brasileiro foi regionalizado e cartelizado e quem determina o preço são as grandes corporações. O senador disse que um produtor recebe por um litro de leite hoje apenas R\$ 0,10, "menos do que vale um copo de água, que varia de R\$ 0,30 a R\$ 0,50". De acordo com Amir Lando, na Europa são transferidos recursos da ordem de US\$ 400 bilhões anuais para os produtores rurais para que os preços dos alimentos sejam mais acessíveis e para que possam concorrer no mercado externo.

Na opinião do senador, a situação dos produtores de leite se tornou mais aguda a partir do desmonte do Estado brasileiro e da conseqüente "tomada de poder" pelo mercado.

— Algo assim como um "golpe de mercado" patrocinado por governos que se sucederam, principalmente na última década, na qual a economia passou a ser regida por interesse exclusivo do lucro.

Amir Lando lembrou que de 1995 a 2000 Rondônia dobrou sua safra de 200 para 400 milhões de litros e abriga 1,6 milhão de cabeças de gado. Ele ressaltou que a produção leiteira no país caminhou rumo ao Centro-Oeste em função de o mercado encontrar ali menores custos de mão-de-obra e menores preços de terra, mas não foi acompanhada de uma infraestrutura adequada para o escoamento da produção.

## Comissão examina mudanças na navegação de cabotagem

Projeto de Roberto Saturnino estabelece novas condições para operação de navios estrangeiros nas rotas costeiras e interiores

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) devem analisar hoje, a partir das 17h30, uma pauta de oito itens, entre os quais projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que estabelece novas condições para a operação de embarcações estrangeiras na navegação de interior e de cabotagem brasileira. A proposta, que conta com relatório favorável do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), altera a legislação sobre transporte aquaviário.

De acordo com a legislação em vigor, a embarcação estrangeira pode navegar pelos rios brasileiros desde que exista acordo com o país de origem da embarcação para que os navios brasileiros também possam navegar no interior daquele país. A legislação permite ainda que empresas brasileiras



Proposta de Roberto Saturnino recebeu parecer favorável do relator

cujas embarcações não estejam prontas ou em condições de navegação fretem navio estrangeiro para a realização do transporte. Essa embarcação pode ter tonelagem de porte bruto de até duas vezes o porte do navio encomendado a estaleiro brasileiro. O projeto de Saturnino estabelece que a tonelagem da embarcação estrangeira será igual à da embarca-

ção encomendada no Brasil.

A CRE também irá apreciar duas mensagens presidenciais com indicação de novos embaixadores: José Augusto Lindgren Alves para a embaixada brasileira na República da Bulgária e Marco Antônio Diniz Brandão para a República Democrática Popular do Laos. Ambos são diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores.

## Agripino relata debates na ONU sobre o combate ao terrorismo

Ao fazer um relato de sua participação na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como observador parlamentar designado pela Casa, o senador José Agripino (PFL-RN) informou que dois temas estão norteando as discussões deste ano: o combate ao terrorismo e o financiamento para o desenvolvimento dos países mais pobres. Ele destacou que a importância da ONU tem sido fundamental no momento em que os países buscam a paz mundial.

Uma das recomendações feitas pela assembleia da ONU, segundo o senador, foi a de que os países-membros adaptem suas legislações aos tratados e convenções setoriais sobre o terrorismo. Ele lembrou que o governo brasileiro já se antecipou a essa orientação, quando, no mês passado, publicou decreto com uma série de medidas sobre o combate ao terrorismo no país.

José Agripino registrou que foi criado um Comitê Antiterrorismo, com a missão de produzir uma legislação específica baseada em vários pontos predefinidos, como



José Agripino participou da atual Assembleia Geral das Nações Unidas como observador do Senado

a produção de uma norma bancária que impeça a lavagem de dinheiro, a instituição de uma lei de imigração e a criação de uma legislação alfandegária voltada para o combate ao terror.

### EXTRADIÇÃO

Outros pontos em debate no comitê são a definição de normas de extradição para facilitar a transferência de terroristas, a padronização de ações de polícia e de agentes aplicadores da lei, a elaboração de medidas para apoiar países sem experiência ou com carência de recursos para comba-

ter o terrorismo e o combate ao comércio ilegal de armas.

Sobre o financiamento para o desenvolvimento, Agripino registrou que está sendo estudada a criação de duas taxas para financiar os países mais pobres. Uma incidiria sobre as operações financeiras realizadas entre os dez países mais ricos do mundo e a outra sobre as nações que mais poluem o meio ambiente. Também estão sendo debatidos, entre

outros temas, segundo o senador, as relações entre as nações no comércio internacional, a ajuda oficial para o desenvolvimento e a dívida externa dos países pobres.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que a Constituição brasileira classifica o terrorismo como crime inafiançável e insusceptível de graça ou anistia. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o Nobel da Paz oferecido à ONU não foi um prêmio pelo que a instituição fez no passado, mas pelo que pode fazer no presente e no futuro.

## Álvaro defende indenização pela morte de mergulhador

Em nome da família do mergulhador Nereu Gouvêa, que morreu quando analisava o vazamento de nafta do navio-tanque *N/T Norma* da Petrobras, ocorrido no último dia 18 em Paranaguá (PR), o senador Álvaro Dias (PDT-PR) dirigiu apelo ao presidente da República para que interfira em favor de um acordo de indenização, evitando um longo processo. O senador leu em Plenário dossiê enviado pela família, e que encaminhará a autoridades do Executivo.

O senador disse que esse não é o primeiro acidente da empresa que vem provocando depreciação do meio ambiente e colocando vidas em perigo. No caso de Paranaguá, foram derramados 4,1 milhões de litros de nafta e 7 mil pessoas ficaram sob o risco de uma explosão, informou.

De acordo com o dossiê, o laudo cadavérico comprova que o mergulhador, com 36 anos de profissão, morreu por intoxicação, desmentindo uma "sorra-



Segundo dossiê lido por Álvaro, laudo comprova morte por intoxicação, e não morte natural

teira notícia plantada" de que ocorreria morte natural. O documento acusa ainda omissão de socorro e negligência da Petrobras, e que nenhum responsável da empresa compareceu a duas intimações do delegado Evaristo Kuceki, que cuida do caso.

O dossiê aponta também que representantes da empresa procuraram a família para solicitar assinaturas visando isentá-la de culpa pelo acidente. Álvaro Dias observou que, em um acidente dessa proporção, não se pode admitir "tamanho omissão" da empresa, e pediu que ela tenha um comportamento ético.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Lúcio Alcântara e o professor Luiz Martins falam sobre o papel social da televisão  
7h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste  
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo: doença da família — Parte 1  
9h — *As Cores do Brasil* — Forte de Recife  
9h30 — *Entrevista* — O senador Artur da Távola fala sobre a reforma político-partidária  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos — Discute projeto que incentiva o uso de energia solar em prédios construídos com recursos do SFH (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação — Vota 15 renovações de concessão  
13h30 — *Cidadania* — O senador Lúcio Alcântara e o professor Luiz Martins falam sobre o papel social da televisão  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura — Discute fim do horário de verão em Goiás, Tocantins e DF (gravado)  
20h30 — *Entrevista* — O senador Mauro Miranda fala sobre o desenvolvimento do Centro-Oeste  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades

des do Senado

21h30 — Comissão Especial do São Francisco — Vai ouvir Humberto Candeias Cavalcanti, diretor de proteção ambiental do Ibama, e Rodolfo Torelly, diretor-substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviço  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviço  
9h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo mundo  
10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
13h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo mundo (reprise)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviço  
20h30 — *Tanto Mar* — Música em Língua Portuguesa pelo mundo (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — Jazz e Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Institutos manipulam resultados de pesquisa eleitoral, diz Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a forma de condução da pré-campanha eleitoral para presidente da República. Segundo disse, jornais, rádios e TVs dão espaço aos candidatos que lhes interessam, enquanto os institutos de pesquisa divulgam os resultados que querem. “No Brasil, os candidatos são artificiais, feitos pela mídia em conluio com os institutos de pesquisa, sem qualquer compromisso com a verdade.”

Para Simon, o Congresso é responsável pela situação porque não votou, em tempo hábil, projetos para fortalecer os partidos políticos, como os que exigem o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e programas ao vivo, nos quais o candidato fala e a população ouve, sem qualquer produção que possa falsear sua imagem.

### MARQUETEIROS

Ao comentar os resultados das pesquisas que mostram Luiz Inácio Lula da Silva em 1º lugar, com 31% das intenções de voto, e Roseana Sarney, com 19%, o senador afirmou que os números refletem uma disputa entre os marqueteiros Duda Mendonça e Nizan Guanaes. “Nizan está trabalhando melhor, porque conseguiu, em pouco tempo, levar Roseana de zero para 19%. Duda está, apenas, mantendo os 30%



Pedro Simon considera que imprensa dá espaço aos “candidatos que lhe interessam”

tradicionais de Lula”, afirmou.

Simon estranhou que os institutos sequer mencionem sua candidatura. Mas o Vox Populi, disse, registrou em 80% o índice de rejeição ao seu nome. “Como é possível não veicular índice de aceitação de uma candidatura, mas destacar o de rejeição?”, indagou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a mídia e os institutos estão manipulando as eleições no Brasil, publicando dados para “iludir a população”, desviando a atenção dos fatos que importam de verdade. Também em aparte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) lamentou que a Câmara dos Deputados “esteja engavetando” projetos importantes para a política, como as novas regras para imunidade parlamentar e o financiamento público exclusivo de campanhas.

## Artigos de Gilvam Borges são incluídos nos Anais do Senado

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu ontem a transcrição nos Anais do Senado de 60 artigos de sua autoria, publicados em dois jornais do Amapá, o *Jornal do Dia* e o *Diário do Amapá*. O documento, de 184 páginas e intitulado *Gilvam Borges – Sua Visão de Vida*, passou a integrar o discurso do senador.

São textos que retratam idéias e posicionamentos do senador, como ele próprio explicou, assim como a “coragem do cidadão amapaense, sua perseverança e tenacidade em superar os obstáculos da vida”. Entre os temas abordados por Gilvam, estão o cultivo do açaí, as diferenças sociais encontradas na sociedade brasileira, a defesa ambiental, a exploração do trabalho infantil e a definição do Orçamento da União.

Gilvam Borges destacou que



Gilvam Borges é autor de textos, publicados em jornais, sobre meio ambiente e diferenças sociais

os parlamentares usam parcela considerável de seu tempo expondo idéias e mostrando ao país sua visão de vida. Para divulgar melhor o trabalho parlamentar, o senador publica semanalmente nos jornais do Amapá suas propostas, faz homenagens e cobra atuações positivas do governo local.

# Requião aponta falhas de segurança no voto eletrônico

Para o senador, a legislação permite que o TSE use *softwares* nas urnas sem comunicar aos partidos, o que pode interferir nos resultados das eleições

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou em Plenário que as eleições no Brasil não serão confiáveis com as atuais regras de voto eletrônico, sugeridas pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, e aprovadas pelo Senado em sessão em que os senadores “desligaram seus neurônios e votaram para agradecer ao governo ou ao tribunal”.

Segundo Requião, o projeto de sua autoria que prevê a impressão dos votos – para permitir verificação do resultado pelo eleitor e eventual recontagem – foi enfraquecido, tornando o processo eleitoral menos seguro, em decorrência de emendas sugeridas pelo TSE. O senador criticou a nova redação, referente aos programas de computador, que torna possível ao TSE comprar de terceiros *softwares*, que serão incluídos nos processos de votação, sem a necessidade de apresentá-



Segundo Requião, emendas do TSE tornaram processo eleitoral menos seguro

los aos partidos políticos, alertou.

– Na prática, isso significa que o TSE pode ter, e usar, programas secretos nas eleições, para mudar votos e manipular os resultados da votação. Se for mal intencionado, pode escolher o presidente da República sem precisar levar em consideração o voto popular. Isso porque o Senado, de forma submissa e tola, aprovou legislação com falhas gritantes – acrescentou Requião.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o TSE, ao regulamentar as eleições, aja com “mais lucidez”. Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), não houve má-fé de Nelson Jobim. Ao serem apresentadas as modificações pelo ministro, disse, aconteceu sim “um mero acidente de percurso”. Segundo o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ainda há tempo para modificar “esses absurdos”.

## Patrocínio: fidelidade partidária merece debate sereno

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) manifestou perplexidade diante da ênfase que é dada sobre a necessidade de implantação da fidelidade partidária. Ele disse concordar que a troca de legendas constitui “um espetáculo lastimável” no Brasil, mas alertou para o fato de “o país estar envolto em crises sucessivas, o que deve impor cautelas para que o debate ocorra com serenidade”.

Patrocínio lembrou que a fidelidade partidária foi imposta aos partidos pelo regime militar e terminou sendo considerada inconstitucional por juristas e pela mídia. Parlamentares que louvaram o instituto da fidelidade, como Paulo Maluf, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, recordou o senador, acabaram por combatê-lo



Carlos Patrocínio defende a expressão “lealdade partidária”, ao invés de fidelidade

com vigor. “Este é um convite à reflexão”, afirmou.

O senador afirmou preferir a expressão “lealdade partidária” à fidelidade. Para ele, o ponto de partida para a melhoria da situação da política brasileira está na ela-

boração de lei determinando que as agremiações partidárias sejam éticas e democráticas e impedindo “desvirtuamento que torne os partidos propriedades de uma minoria”.

Para Patrocínio, o combate à infidelidade partidária pode provocar dano maior para a democracia. Na sua avaliação, a correção de comportamento terá de ser alcançada dentro dos próprios partidos, em suas bancadas e no relacionamento com os demais Poderes, especialmente com o Executivo, onde, observou, se originam “muitos dos males que atingem o Legislativo”.

O senador disse acreditar que é do relacionamento entre os Poderes que depende, substancialmente, o respeito à ética.

## Senado discute novas regras para MPs

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Advocacia Geral do Senado Federal vão realizar amanhã, com a participação de especialistas na área, debate sobre a emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias.

A abertura do debate será feita pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Foram convidados a participar, como debatedores, o governador do estado de Santa Catarina e autor do proposta, Esperidião Amin (PPB-SC); os se-

nadores José Fogaça (PPS-RS) e Osmar Dias (PDT-PR), relatores da emenda constitucional; o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), relator da Constituição de 1988; o ministro Nelson Jobim, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e membro do Supremo Tribunal Federal (STF); e Gilmar Ferreira Mendes, advogado-geral da União.

O debate será realizado das 9h às 12h, na sala de comissões nº 2, na Ala Senador Nilo Coelho.

# Jucá destaca prazo para recebimento de FGTS

Senador informou que já estão disponíveis nas agências dos Correios e na Internet formulários para que trabalhadores possam aderir a acordo firmado entre centrais sindicais e governo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou que desde ontem estão disponíveis em todas as agências dos Correios e na Internet – sites da Caixa Econômica Federal (<http://www.caixa.gov.br>) e do Ministério do Trabalho (<http://www.mte.gov.br>) – os formulários de adesão ao acordo firmado entre as centrais sindicais e o governo para o recebimento das perdas do FGTS ocorridas nos planos Verão (janeiro de 1989) e Collor I (março de 1990).

Um total de 60 milhões de correntistas do FGTS, segundo o senador, têm direito a receber a



Segundo Jucá, as perdas do FGTS até mil reais serão pagas integralmente até junho do próximo ano

correção. Romero Jucá acrescentou que os bancos têm um prazo até janeiro do próximo ano para enviar à CEF o cálculo de quanto cada trabalhador deverá receber. A Caixa terá até o mês de março

para entregar aos trabalhadores os extratos com os valores a que têm direito. A adesão poderá ser feita até 30 de dezembro de 2003.

Os 54 milhões de correntistas com direito a receber até mil reais poderão ter o dinheiro liberado integralmente até junho do próximo ano, disse ele. Existe a possibilidade de ser antecipado para maio de 2002 o pagamento aos trabalhadores que devem

receber até mil reais e que entregarem o termo de adesão até março. Os trabalhadores com direito a quantias maiores que essa serão pagos em no máximo sete parcelas semestrais, até janeiro de 2007.

## Mauro Miranda lembra os 53 anos de Hidrolândia

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a comemoração, ontem, dos 53 anos de emancipação política da cidade de Hidrolândia (GO), situada a 30 quilômetros de Goiânia e conhecida como a “Capital da Jaboticaba”. Ele informou que receberá nesta quinta-feira o título de “Cidadão Hidrolandense”.

– Esta é uma homenagem que extrapola as conveniências políticas e os retratos na parede do gabinete, mas revela um sentimento profundo de carinho, consideração e grande estima pelos irmãos hidrolandenses – afirmou.

O título será concedido pela Câmara Municipal, por iniciativa do vereador José de Araújo e do prefeito José Geraldo da Silva. Mauro Miranda lembrou sua ligação com a cidade desde o início de sua vida pública.



Mauro também destacou obras de duplicação da BR-153, que liga Goiânia ao Sul do país

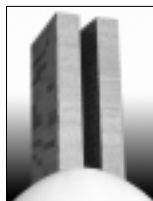
O senador também informou que foi concluída a duplicação da BR-153 no trecho Aparecida de Goiânia-Hidrolândia. A BR-153 liga Goiânia à Região Sul e é um dos mais importantes corredores rodoviários do país. A duplicação da rodovia, conforme Mauro, é hoje a maior obra em andamento em Goiás.

## Inscrição para consultor começa dia 19

As inscrições para o concurso público de consultor legislativo e consultor de orçamentos do Senado estarão abertas no período de 19 a 30 deste mês. O concurso vai oferecer 25 vagas para o cargo de consultor legislativo e duas para consultor de orçamento. A primeira etapa das provas, conforme o edital, será realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2002. A segunda etapa está marcada para os dias 9 e 10 de março.

O concurso será executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília e a seleção para os cargos será em três etapas. A primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, terá provas objetivas de conhecimentos e será realizada simultaneamente em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A segunda etapa, também eliminatória e classificatória, compreenderá prova discursiva e será realizada somente em Brasília. A terceira etapa, apenas classificatória, consistirá na avaliação de títulos e será realizada nas mesmas cidades que participam da primeira etapa.

As inscrições poderão ser fei-



tas em agências da Caixa Econômica Federal (CEF) em vários locais listados no edital, e a taxa será de R\$ 100. O formulário a ser preenchido pelos candidatos será entregue no local de inscrição, onde também será emitido o comprovante. Serão aceitas também inscrições por procuração, via postal e pela Internet, por meio do endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/senado>.

O requisito para o candidato é ter diploma universitário devidamente registrado. As atividades do cargo são: execução de tarefas de consultoria e assessoramento institucional de nível superior e especialização, de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, com atenção aos aspectos político-parlamentares; elaboração de estudos, notas técnicas e pesquisas para os senadores e comissões sobre assuntos de interesse do Senado e do Congresso, compreendendo a produção escrita de proposições legislativas, emendas, relatórios, pareceres, discursos, revisões de trabalhos e o atendi-

mento a consultas diversas de senadores; e acompanhamento do trabalho das comissões técnicas e de inquérito.

A remuneração prevista é de R\$ 5.901,50 para uma jornada de 40 horas semanais. As 25 vagas para consultor legislativo vão abranger as seguintes áreas: Administração Pública; Comunicação e Ciências da Informação; Direito Civil, Processual Civil e Agrário; Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Partidário; Direito Econômico e Comercial; Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário; Direito do Trabalho e Previdenciário; Direito Tributário e Financeiro Público; Economia/Agricultura; Economia/Desenvolvimento Regional; Economia/Mi-

nas e Energia; Economia/Política Econômica; Economia/Sistema Financeiro e Dívida Pública; Economia do Trabalho e Previdência; Educação, Cultura e Desporto; Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia; Pronunciamentos; Relações Internacionais e Defesa Nacional; Saúde; Sistemas Políticos e Direitos da Cidadania; e Transportes e Desenvolvimento Urbano.

*O concurso será executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília e a seleção terá três etapas*

## Ademir aponta queda no rendimento do trabalhador

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) questionou a política econômica adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, lembrando que o rendimento médio do trabalhador, que era de cerca de R\$ 784 em agosto de 2000, passou a ser de aproximadamente R\$ 749 em agosto deste ano. Segundo o parlamentar, essa queda no rendimento dos trabalhadores decorre de um modelo de gestão econômica que prioriza remessas para pagar juros a banqueiros internacionais.

Segundo Ademir Andrade, a queda no rendimento do trabalhador está diretamente ligada ao nível de desemprego, que por sua vez se relaciona com o modesto crescimento da economia. Ele ressaltou que o país precisa crescer acima dos 5% ao ano para oferecer emprego aos novos trabalhadores que entram no mercado. O senador disse que o governo federal paga, mensalmente, como parte dos juros da dívida externa, re-



Para Ademir Andrade, Orçamento de 2002 acentua sacrifício da classe trabalhadora

cursos da ordem de R\$ 4 bilhões. – Vivemos um momento de desânimo da nossa classe trabalhadora, pois com a queda da renda e conseqüentemente do consumo, teremos redução ainda maior nos níveis de produção – afirmou Ademir Andrade.

O senador disse que o projeto de Orçamento para 2002 acentua ainda mais a tendência de recessão e de sacrifício do país e da classe trabalhadora.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Nabor Júnior e Lindberg Cury